

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

1 – ORIGEM HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE <i>IN CONTRAHENDO</i> : A TEORIA DE IHERING.....	19
---	----

1.1 Críticas à teoria de Ihering e a contribuição de Faggella na aplicação da responsabilidade <i>in contrahendo</i> nos casos de ruptura das tratativas.....	28
1.2 A evolução da responsabilidade <i>in contrahendo</i> no Direito alemão.....	34
1.3 A evolução da responsabilidade <i>in contrahendo</i> no Direito italiano.....	47
1.4 A evolução da responsabilidade <i>in contrahendo</i> no Direito francês.....	56
1.5 A evolução da responsabilidade <i>in contrahendo</i> no Direito português.....	63
1.6 A evolução da responsabilidade <i>in contrahendo</i> no Direito brasileiro até a entrada em vigor do Código Civil de 2002.....	68
1.7 Delimitação do tema objeto deste estudo.....	75

2 – A BOA-FÉ OBJETIVA COMO FUNDAMENTO DA RESPONSABILIDADE PELA RUPTURA ILEGÍTIMA DAS TRATATIVAS.....	77
--	----

2.1 Admissão das cláusulas gerais no ordenamento jurídico brasileiro como mecanismo de proteção da dignidade da pessoa humana.....	77
2.2 A tutela da confiança nos negócios jurídicos e a boa-fé objetiva.....	87
2.3 A boa-fé como limite da liberdade de contratar.....	92
2.4 A recepção da boa-fé objetiva no ordenamento jurídico brasileiro.....	94
2.5 A triplíce função da boa-fé objetiva.....	103

3 – FORMAÇÃO PROGRESSIVA DO CONTRATO.....	113
3.1 Tratativas e a formação do contrato <i>stricto sensu</i>	115
3.2 Tratativas: acepção técnica, liberdade negocial e limites impostos pela boa-fé objetiva	119
3.3 Diferenças entre tratativas, proposta e outras figuras que admitem tratativas	129
3.4 Figuras contratuais que, em princípio, não admitem tratativas	145
3.5 Sujeitos das tratativas	147
4 – A RUPTURA ILEGÍTIMA DAS TRATATIVAS.....	153
4.1 Aspectos gerais do abuso de direito	154
4.2 O abuso de direito e o novo Código Civil	162
4.3 Hipóteses que configuram exercício inadmissível de posturas jurídicas por violarem a boa-fé	167
4.4 Confiança legítima: pressuposto para a caracterização da ruptura ilegítima das tratativas	183
4.5 Síntese do capítulo.....	191
5 – DEVER DE INDENIZAR PELA RUPTURA ILEGÍTIMA DAS TRATATIVAS	193
5.1 A diferença entre o ato ilícito e a responsabilidade civil (dever de indenizar).....	193
5.2 A culpa como pressuposto da responsabilidade pela ruptura ilegítima das tratativas.....	200
5.3 Pressupostos da responsabilidade civil pela ruptura ilegítima das tratativas	207
5.4 Excludentes da responsabilidade.....	217
5.5 Natureza jurídica da responsabilidade pela ruptura ilegítima das tratativas	222
CONCLUSÃO.....	231
REFERÊNCIAS.....	239
ÍNDICE ALFABÉTICO	251